



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2021-PMJ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O Município de Japira, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.969.881/0001-52, torna público que promoverá nas condições enunciadas neste Edital de Chamamento Público Nº 026/2021 para seleção de entidade a fim de firmar Termo de Colaboração para atendimento hospitalar, objetivando a aplicação em atendimentos de média e alta complexidade, nos termos da Lei Municipal nº 1225/2021 por intermédio da Comissão de Seleção e de Julgamento de Chamamentos Públicos, designada pela Portaria nº 077/2019 de 28/02/2019.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente processo é a SELEÇÃO DE ENTIDADE SOCIAL para firmar um Termo de Colaboração para atendimento hospitalar, objetivando atendimentos de média e alta complexidade. Atendimento/Procedimentos Hospitalares e Ambulatoriais de nível hospitalar, eletivos e em urgência/emergência, classificados como de média e alta complexidade, conforme especificações e denominações constantes no Termo de Referência do presente Edital.

2. DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente processo de chamamento público as entidades hospitalares que atenderem os seguintes requisitos:

2.1.1 – Estejam sediadas a uma distância máxima de 35 km do Município e estejam interessadas em firmar um Termo de Colaboração para atendimento hospitalar, objetivando atendimentos de média e alta complexidade, mediante a apresentação de um Plano de Trabalho.

2.1.2 – Estejam com funcionamento regular da entidade há mais de um ano e comprovem a condição de entidade social;

2.2. A comprovação dos requisitos exigidos nos subitens 2.1.1 e 2.1.2 será feita mediante apresentação do estatuto ou contrato social, CNPJ ativo e certidões negativas.

2.2.1 – Encerrada a sessão pública, a Comissão verificará o cumprimento às exigências para habilitação contidas neste Edital, e também efetuará consulta das certidões necessárias para comprovar a situação de regularidade da entidade.

3. DA REPRESENTAÇÃO

3.1. Os atos deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação e a responder por sua Entidade, para todos os atos e efeitos previstos neste edital;

3.2. O representante legal deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Documento oficial de identidade (original e com foto) do representante legal;



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

b) no caso de procuração que, na forma da lei, comprove a outorga de poderes, com firma reconhecida.

3.3. O representante legal deverá entregar seus documentos juntamente com os documentos de habilitação, conforme item 4 deste edital.

3.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Entidade.

4. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E DA REUNIÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta até o **dia 27/09/2021 (vinte e três dias do mês de setembro de 2021) as 09:00 (nove horas)**, mediante protocolo no setor de Protocolo Geral na Prefeitura Municipal de Japira, Estado do Paraná.

4.2. A abertura dos envelopes, análise e julgamento da documentação apresentada se dará em sessão pública no **dia 27/09/2021 (vinte e três dias do mês de setembro de 2021) às 10:00 (dez horas)** na sala de reuniões do Departamento de Licitações e Contratos, com sede no Paço Municipal, na presença da Julgamento de Chamamentos Públicos, e dos representantes das Entidades interessadas no ato da seleção e demais interessados na participação pública.

4.3. Para os interessados em acompanhar a sessão de abertura dos envelopes, devido a Pandemia do COVID-19, será obrigatório o uso de máscara.

4.4. Os interessados em participar da reunião deverão apresentar-se 15 minutos antes do horário para prévia identificação e credenciamento do representante das Entidades respectivas.

4.5. Cada Entidade credenciará um representante legal que irá participar das fases do processo de habilitação e seleção, e responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada, na forma estipulada no item 3.

4.6. A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento implicará na não habilitação da Entidade.

4.7. As cópias dos documentos deverão estar devidamente autenticadas. Na ausência de autenticação, as cópias deverão ser apresentadas juntamente com os documentos originais para autenticação pela Comissão de Licitação, antes da abertura do processo de seleção.

5. DOS ENVELOPES E DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos para habilitação, bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, opacos, indevassáveis e com identificação externa do seu conteúdo no local e hora acima estipulados, dirigidos à.

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

Ao Município de Japira

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 026/2021 – PMJ

Participante: Razão Social/Nome

ENVELOPE Nº 02 – PLANO DE TRABALHO

Ao Município de Japira



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 026/2021 – PMJ
Participante: Razão Social/Nome

5.2. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO: (ENVELOPE Nº 01)

5.2.1. Para a Chamada Pública as Entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Prova de atividade da Entidade relacionada aos atendimentos do objeto do presente Edital;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal – PGFN;
- Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia – FGTS;
- Cópias autenticada em cartório, do Estatuto Social e Ata de Posse da atual Diretoria da entidade, registrada no órgão competente;
- Declaração de não parentesco, lei orgânica municipal, art. 89 da Lei Organica(ANEXO III)

5.3. DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO: (ENVELOPE Nº 02)

5.3.1 O Plano de Trabalho deverá ser apresentado em papel timbrado, conforme o Anexo I deste Edital

5.3.2 Ser formulado em 01 (uma) via, contendo a identificação da Entidade, datada, assinada por seu representante legal;

5.3.3 Discriminação completa das metas pretendidas a realização dos atendimentos hospitalares de média e alta complexidade.

6. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos de habilitação apresentados pelas Entidades serão analisados e julgados pela Comissão de Licitação;

6.2. O resultado final do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado nos quadros de aviso e no Diário Oficial eletrônico do Município de Japira, situado no site oficial www.japira.pr.gov.br;

6.3. Na hipótese de habilitação de mais de 1 (uma) Entidade, será realizado sorteio após a análise dos documentos de habilitação. Caso não seja possível o sorteio após análise, o sorteio será realizado em sessão pública, em data e horário a serem divulgados nos quadros de aviso e na no Diário Oficial eletrônico do Município de Japira, situado no site oficial www.japira.pr.gov.br, entre as Entidades devidamente habilitadas que estejam legalmente representadas e presentes na data e horário designados.

6.4 A primeira sorteada firmará o Termo de Colaboração (Anexo II) por um período consecutivo de 08 (oito) meses.

7.FORMA DE EXECUÇÃO E CONTRATAÇÃO

1. Apresentar PLANO DE TRABALHO conforme Anexo I.

2. A contratada irá atender os usuários do SUS residentes no Município de Japira, usuários do SUS referenciados conforme pactuações vigentes e usuários em trânsito que venham a necessitar de atendimento em urgência e emergência.

3. Os serviços a serem contratados deverão cumprir com os quesitos da qualificação técnica apresentada pelo proponente.

4. O local de prestação de serviços é responsabilidade do contratado e irá constar na proposta e estar devidamente cadastrado no SCNES.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

5. Fica VETADO ao contratado efetuar os serviços na infraestrutura da Secretaria Municipal da Saúde de Japira.
6. Ofertar serviço de Urgência e Emergência, de funcionamento ininterrupto, durante 24h (vinte e quatro) horas, ou seja, das 07h00min (sete horas) até as 07h00min (sete horas).
7. Realizar atendimentos eletivos e em Urgência e Emergência contratualizado.
8. Zelar pela qualidade e resolutividade da Assistência;
9. Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza.
10. Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços habilitados pelo Ministério da Saúde, com cumprimento de metas e critérios de cada habilitação.
11. Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços credenciados em nível municipal, com cumprimento de metas e determinações de atos normativos.
12. Garantir o acesso aos usuários do SUS conforme critérios do Projeto Qualificação do Acesso frente às Redes de Atenção.
13. Disponibilizar, aos usuários atendidos via RUE – Rede de Urgência e Emergência, medicamentos, materiais e Serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia (SADT) visando garantir a integralidade do atendimento evitando a ocupação de leito para internação.
14. Garantir o atendimento utilizando-se de VAGA ZERO até a obtenção de leito disponível dentro da Rede SUS.
15. Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização.
16. Assegurar a alta hospitalar responsável;
17. Implementar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
18. Implantar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos que atendam os objetivos a serem contratualizados;
19. Implementar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;
20. Garantir que todas as especialidades cadastradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do estabelecimento realize a prestação de ações e serviços para o SUS.
21. Realizar todas as notificações de agravos de notificação compulsória classificadas pelo ao SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde;
22. Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização de procedimentos terapêuticos e diagnósticos, conforme legislações específicas;
23. Modelar a assistência e a carteira de serviços do hospital necessários para o atendimento das necessidades de saúde da população;
24. Disponibilizar, para caso de falta de leitos de enfermagem, em situações de urgência e emergência, acomodações adequadas ao usuário até que seja disponibilizado leito.
25. Disponibilizar leitos SUS gerais conforme sua capacidade instalada e pactuações/habilitações vigentes firmadas com o município de Japira.
26. Prestar ações e serviços de saúde, de ensino e pesquisa pactuados e estabelecidos como meta contratual, disponibilizando ao gestor público a totalidade da capacidade instalada;
27. Informar a todas as equipes integrantes do estabelecimento e prestadores do serviço, os compromissos e metas constantes do presente Plano De Trabalho (Projeto Básico), implementando dispositivo para seu fiel cumprimento;
28. Garantir o cumprimento das metas e compromissos assumidos frente ao seu Corpo Clínico;
29. Disponibilizar a totalidade das ações e serviços discriminadas nas Metas parte integrante no Plano De Trabalho (Projeto Básico);
30. Disponibilizar de estrutura física e de recursos humano e tecnológico de forma a atender os serviços a serem contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;
31. Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tão pouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se por qualquer cobrança ilegal usuário do SUS, o que implicará na RESCISÃO do contrato, após a devida apuração pelo Sistema Municipal de



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

Auditoria , bem como o ressarcimento em dobro do usuário, conforme Lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990.

33. Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;

34. Registrar e apresentar de forma regular e sistemática a produção das ações e serviços de saúde;

35. Participar da Comissão de Acompanhamento de Contratualização.

36. Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo.

37. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor – conforme Lei nº 8.078/98, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

38. Manter atualizado o Banco Municipal de Prestadores de Serviço do SUS, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

39. Permitir o acesso nas áreas de atendimento objeto deste contrato, desde que devidamente identificados, como também paramentados quando assim o ambiente exigir, aos membros do Conselho Municipal de Saúde e das Comissões de Acompanhamento, desde que comunicado com antecedência.

40. Atender as Cláusulas anticorrupção da Resolução SESA nº 207/2016.

41. Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários, em local visível e de fácil acesso;

42. Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;

43. Avaliar a satisfação do usuário e dos acompanhantes;

44. Participar dos processos de avaliações a serem realizados pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização;

45. Realizar auditorias internas para monitoramento da assistência e do controle de riscos;

46. Monitorar a execução orçamentária e zelar pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, via contratualização, pelo SUS;

47. Monitorar os indicadores elencados como metas quantitativas e qualitativas junto a ao Plano De Trabalho (Projeto Básico);

48. Dispor de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento ao usuário;

49. Alimentar e/ou disponibilizar dados para os Sistemas de Informações de classificados como obrigatórios pela gestão municipal/estadual ou federal.

50. É de responsabilidade exclusiva e integral da contratada a utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante.

51. Cumprir com o rol de indicadores de avaliação elencados por Bloco de Ações e Serviços, os quais são parte integrante deste requerimento.

52. A Contratada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.

53. Manter estabelecimento com capacidade para a prestação de serviços.

Apresentar fluxo de atendimento ao paciente portador de COVID-19 causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), para casos leves, moderados e graves.

7. DOS RECURSOS

7.1. Caso alguma Entidade deseje interpor recurso contra o resultado da Habilitação deverá apresentá-lo formalmente à Comissão de Licitação, em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado final da Habilitação;

7.2. A Comissão de Licitação julgará os eventuais recursos interpostos e divulgará os resultados dos mesmos no edital de avisos e no Diário Oficial eletrônico do Município de Japira, situado no site oficial www.japira.pr.gov.br, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

8.1. O participante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, retardar a assinatura/celebração do Termo de Colaboração após sua convocação, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta descrita no Plano de Trabalho, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato, além dos demais casos disciplinados na legislação pertinente.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Contratante, Município de Japira - PR por infração, poderá aplicar à Contratada, ora participante, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, acumulável com as demais sanções.

9. FATOS SUPERVENIENTES

9.1. Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico poderá haver:

9.1.1. Adiamento do processo;

9.1.2. Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

10. DO VALOR E DA TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA

10.1. O repasse dos recursos será realizado em até 30 dias após a assinatura do Termo de Colaboração.

10.2. O valor global máximo deste chamamento público de R\$ 568.000,00 (Quinhentos e sessenta e oito mil), salvo exceções devidamente justificadas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A habilitação da Entidade participante não importa necessariamente em obrigatoriedade de assinatura do Termo de Colaboração, podendo o Município, revogá-lo no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes.

11.2. O Município poderá ainda, adiar ou prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento dos documentos de habilitação e/ou da divulgação do resultado do julgamento;

11.3. A participação das Entidades no presente processo de habilitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

11.4. Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas perante o departamento Municipal de Licitação, sito a Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481, centro na cidade de Japira, através do e-mail licitacao@japira.pr.gov.br, ou através do telefone (43) 3555-1401.

11.5. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

12. DO FORO

12.1. A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de Ibaiti - PR, para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

Japira, 20 de agosto de 2021.

ANGELO MARCOS VIGILATO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração de cooperação técnica e financeira celebrado entre o MUNICÍPIO DE JAPIRA e (NOME DA ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL).

Pelo presente TERMO DE COLABORAÇÃO, de um lado o MUNICÍPIO DE JAPIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, situada à avenida Alexandre Leite dos Santos, 481, Centro, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob Nº 75.969.881/0001-52, neste ato representado pela Prefeito Municipal, Sr. Angelo Marcos Vigilato, portador da cédula de identidade (RG) NºXX.XXX.XXX-X, e cadastro da pessoa física (CPF) NºXXX.XXX.XXX-XX, eleito para o quadriênio de 2021 a 2024, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado, a (Nome da Organização da Sociedade Civil), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante designada simplesmente ENTIDADE, representada(o) pelo(a) (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), portador da cédula de identidade (RG) Nº XX.XXX.XXX-X, e cadastro da pessoa física (CPF) Nº XXX.XXX.XXX-XX, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, regendo-se pelo disposto na Lei Federal Nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETIVO

1.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente de Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 026/2021, tem por objetivo a formalização da parceria estabelecida pela administração pública municipal (MUNICÍPIO), com organizações da sociedade civil (ENTIDADE), para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, efetuados através do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 026/2021, mediante a execução de atividades estabelecidos no PLANO DE TRABALHO devidamente aprovado pelas partes. (art. 2º, inciso VII e art. 16, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações).

1.2. Este TERMO DE COLABORAÇÃO respeita, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação. (art. 2-A, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

1.3. O regime jurídico de que trata este TERMO DE COLABORAÇÃO, tem como fundamentos e diretrizes fundamentais, no que couber às normas regidas pelos arts. 5º e 6º da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações.

1.4. Este TERMO DE COLABORAÇÃO foi elaborado tendo como princípios os requisitos para a celebração, descritos na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, na Instrução vigente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

2. DO OBJETO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem como objeto: FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO PARA ATENDIMENTO HOSPITALAR DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

2.1. O detalhamento do OBJETO está amplamente definido no PLANO DE TRABALHO, aprovado pelo MUNICÍPIO e a ENTIDADE, que passa a fazer parte integrante E INDISSOCIÁVEL deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade deste TERMO DE COLABORAÇÃO será 08 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura até (dia) de (mês) de (ano), prorrogável por mais 08 (oito) meses. (art. 42, inciso VI, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

4. DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO E DA ENTIDADE

4.1. O MUNICÍPIO através do Prefeito Municipal nomeia como:

a) Gestor da Parceria....., RG XX.XXX.XXX-X, CPF XX.XXX.XXX-XX, nomeado através da Portaria Municipal Nº (art. 2º, inciso VI, Lei 13.019/2014 e suas alterações).

b) Ordenador de Despesas:, RG XX.XXX.XXX-X, CPF XX.XXX.XXX-XX, nomeado pela Portaria Municipal Nº XX.XXX, de (dia, mês e ano), como Secretário Municipal de Meio Ambiente

c) Responsável da Parceria:, Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

4.2. A ENTIDADE através de seu representante legal nomeia como Responsável Técnico da Parceria o(a) Sr.(a) (nome do empregado nomeado), RG XX.XXX.XXX-X, CPF XX.XXX.XXX-XX.

4.3. Será substituído o agente ou servidor público representante do MUNICÍPIO que:

a) apresentar renúncia ao cargo, devidamente acatadas pelo Prefeito Municipal; b) for substituído pelo Ordenador de Despesas, da pasta correspondente a esse TERMO DE COLABORAÇÃO;

c) for lotado em outro órgão da administração pública municipal;

d) deixar o serviço público, a pedido ou diante de exoneração do Prefeito Municipal.

4.4. Será substituído o empregado da ENTIDADE que:

a) for substituído por qualquer motivo pelo representante legal da ENTIDADE parceria; b) deixar de ser empregado da ENTIDADE parceira.

4.5. O Ordenador de Despesas, alínea “b”, item 4.1, responderá por todas as obrigações e respectivas responsabilidades, durante o afastamento do Responsável da Parceria (alínea “c”, item 4.1) ou do afastamento do Gestor da Parceria (alínea “a”, item 4.1).

4.6. O Prefeito Municipal responderá por todas as obrigações e responsabilidades, durante o afastamento do Ordenador de Despesas – Secretário Municipal (alínea “b”, item 4.1)

4.7. O representante legal da ENTIDADE responderá por todas as obrigações e responsabilidades, durante o afastamento do Responsável Técnico da Parceria. 4.8. A ENTIDADE fornecerá a relação nominal atualiza dos dirigentes, com endereço, número do RG, número do CPF, de cada um deles, conforme Anexo I.

5. DA GESTÃO DA PARCERIA

5.1. O MUNICÍPIO designará o Gestor das Parcerias que terá como atribuições:

I. acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III. emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações;

IV. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

5.2. Ocorrendo a interrupção ou rejeição, total ou parcial, dos serviços, a ENTIDADE, deve comunicar imediatamente por escrito ao GESTOR DA PARCERIA, a ocorrência, especificando as causas e as providências tomadas.

6. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

6.1. Das Obrigações do MUNICÍPIO:

a) designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz as parcerias efetuadas em conformidade com a Lei Federal 13.019/2014, suas alterações e demais legislações vigentes; (art. 8º, inciso III, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

b) designar o Gestor das Parcerias e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

c) efetuar a transferência dos recursos na conta corrente, especificada pela ENTIDADE em conformidade com cronograma de desembolso;

e) fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do termo de colaboração ou de fomento, e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

f) supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência deste Termo de Colaboração;

g) efetuar a fiscalização do cumprimento dos serviços profissionais indicados na relação de pessoal exigida para o cumprimento da parceria, sob pena de nulidade;

h) exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do Termo de Colaboração;

i) receber e examinar a prestação de contas apresentada na forma e nos prazos determinados neste TERMO DE COLABORAÇÃO e na legislação específica;

j) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

k) no caso de irregularidade na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir da ENTIDADE beneficiária, no prazo previsto (art. 70, § 1º, da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, o saneamento da prestação de contas;

l) suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida implementação das medidas saneadoras apontadas pela Administração ou pelos órgãos de controle interno ou externo e exigir da entidade parceira a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

m) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos PLANOS DE TRABALHO, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento. (art. 10, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

n) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria. (art. 12, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

o) divulgar, na forma de regulamento, nos meios públicos de comunicação as programações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, no âmbito das parcerias previstas nesta



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

Lei, mediante o emprego de recursos tecnológicos e de linguagem adequados à garantia de acessibilidade por pessoas com deficiência. (art. 14, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

p) disponibilizar Manual de Orientações às organizações da sociedade civil, que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista na Lei 13.019/2014. (art. 23, Lei Federal 13.109/2014)

q) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos da Lei 13.019/2014 e suas alterações;

r) registrar no sitio oficial da administração pública municipal as improbidades que deram causa à rejeição de contas; (art. 69, §6º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

s) prestar esclarecimentos necessários a ENTIDADE na execução das atividades objeto e na prestação de contas deste Termo de Colaboração;

t) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

v) elaborar parecer sobre a prestação de contas da Entidade, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme art. 5º da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, e avaliar se houve aplicação correta dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho;

6.2. Das Obrigações da ENTIDADE:

a) executar o Objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado na parceria;

b) responsabilizar-se pela execução do Objeto do Termo de Colaboração e Plano de Trabalho;

c) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente Termo nesta conta bancária;

d) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO, exclusivamente ao Objeto deste Termo;

d) zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO;

f) proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelo Objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, sem discriminação de qualquer natureza;

g) manter recursos humanos e materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços do Objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

h) aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

i) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

j) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da ENTIDADE e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;

k) substituir os profissionais dos cargos declarados, vinculados ou a vincular em conformidade com o objeto, e informar o Gestor da Parceria.

l) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do Objeto;



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

- m) prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusulas do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- n) identificar o número deste TERMO DE COLABORAÇÃO no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo ao MUNICÍPIO, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- o) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização do MUNICÍPIO, sob pena de suspensão da transferência;
- p) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo MUNICÍPIO;
- q) manter escrituração contábil regular;
- r) manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- s) manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- t) assegurar ao MUNICÍPIO através da Comissão de Monitoramento e Avaliação as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- u) dar livre acesso ao Gestor da Parceria, aos membros da Comissão de Seleção, aos membros da Comissão de Monitoramento e Seleção, designada pelo MUNICÍPIO, ao controle interno e dos auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para vistorias e análises correspondentes à parceria;
- v) atender a eventuais solicitações do MUNICÍPIO acerca de levantamentos de dados formulados, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;
- w) apresentar documentos referentes às contratações de recursos humanos necessários ao cumprimento do Plano de Trabalho deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- x) comunicar ao MUNICÍPIO a substituição dos responsáveis pela ENTIDADE assim como alterações em seu Estatuto;
- y) divulgar na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, incluindo no mínimo: (art. 11, Lei Federal 13.019/2014) I. data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
II. nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
III. descrição do objeto da parceria;
IV. valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
V. situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

VI. quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

7. DOS RECURSOS E VALOR TOTAL

7.1. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE os recursos financeiros, constante de dotação orçamentária própria da Secretaria de Saúde e Saneamento, 07. Saúde e Saneamento 07.001 Fundo Municipal de Saúde 10.302.0007.2027 Manutenção da Média e Alta Complexidade 2935 – F 000 – 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais para a promoção do OBJETO do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o número 026/2021, até o montante de R\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil reais).

7.2. O MUNICÍPIO compromete-se a efetuar a transferência dos recursos, nos valores e datas, determinadas no Cronograma de Desembolso.

7.3. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. (art. 53, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

7.4. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO, conforme abaixo: (art. 51, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

- Caixa Econômica Federal, Agência (nº da agência); ou
- Banco do Brasil, Agência (Nº da agência),

7.5. É de responsabilidade da ENTIDADE as providências para a solicitação da isenção da tarifa bancária à instituição financeira pública, mediante requerimento à agência bancária (Anexo XXI), fornecendo cópia protocolada ao Gestor da Parceria.

8. DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PELO MUNICÍPIO

8.1. A administração pública municipal, através do Departamento Municipal de Finanças, efetuará a transferência dos recursos, nos valores e datas conforme Cronograma de Desembolso, descritos no quadro a seguir:

- 1º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 2º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 3º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 4º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 5º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 6º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 7º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00
- 8º PAGAMENTO - VALOR MENSAL R\$ 71.000,00

8.2. Excetua-se as transferências que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades, nos casos a seguir: (art. 48, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

IV. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

V. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

VI. quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

9. DA UTILIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÕES DOS RECURSOS

9.1. É vedado à ENTIDADE, utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria; pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;(art. 45, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

9.2. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria: (art. 46, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

I. remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija

III. custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

10. DA APLICAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ATIVOS FINANCEIROS

10.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. (art. 51, parágrafo único, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

11. DA INADIMPLÊNCIA

11.1. A inadimplência do MUNICÍPIO não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

11.2. A inadimplência da ENTIDADE em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subseqüentes.

12. DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS DA ENTIDADE NA PARCERIA

12.1. Os recursos próprios da organização da sociedade civil (ENTIDADE), utilizados para cobrir despesas vinculadas à parceria firmada por esse TERMO DE COLABORAÇÃO, devem ser registradas na prestação de contas, e após o repasse pelo MUNICÍPIO, ser estornado para a conta corrente da ENTIDADE.

13. DA CONTRAPARTIDA

13.1. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria. (art. 35, § 1º, lei Federal 13.019/2014 e suas alterações), a contrapartida será em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no Plano de Trabalho.

13.2. A contrapartida de serviços disponibilizados pela ENTIDADE, definidos no Plano de Trabalho farão parte integrante deste TERMO DE COLABORAÇÃO, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada. (art. 35, § 1º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

14. DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA ENTIDADE

14.1. A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a realização de processo seletivo simplificado de provas e ou provas e títulos se a natureza do cargo exigir, observadas as vedações do art. 39 da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações.

15. DO VÍNCULO E ENCARGOS



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

15.1. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela ENTIDADE com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público. (art. 46, § 3º, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

15.2. O MUNICÍPIO fica isento de quaisquer despesas suplementares ou encargos a este TERMO DE COLABORAÇÃO, oriundas do contrato entre a ENTIDADE e seus empregados, fornecedores ou associados. (art. 46, § 3º, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

15.3. O TERMO DE COLABORAÇÃO efetuado entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE, não estabelecem quaisquer responsabilidades ou vínculo diretos com ao MUNICÍPIO.

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

16.1. O MUNICÍPIO, através da Órgão Ordenador de Despesas (Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária Indústria, Comércio e Trabalho) emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o §1º do art. 59 da Lei Federal 13.019/2014, e o submeterá à COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ENTIDADE. (art. 59, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

16.2. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei Federal N.º 13.019/2014 e suas alterações, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

16.3. Independente da emissão do relatório técnico emitido pelo órgão ordenador de despesas, o MUNICÍPIO promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, designada pela Portaria Municipal n° 077/2019 de 28/02/2019. (art. 58, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

16.4. Para a implementação do disposto no item 16.3 o MUNICÍPIO poderá valer-se do apoio técnico de terceiros. (art. 58, § 1º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

16.5. Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas. (art. 58, § 2º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO

17.1. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo. (art. 60, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

18. DA FISCALIZAÇÃO EXTERNA



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

18.1. Sem prejuízo da fiscalização pelo MUNICÍPIO a parceria sofrerá fiscalização externa pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), independentemente da fonte de recurso, ou pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) quando se tratar de parcela de recursos Federais.

19. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

19.1. Regras e Orientações:

19.1.1. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na Lei Federal 13.019/2014, além de prazos e normas de elaboração constantes deste TERMO DE COLABORAÇÃO e do Plano de Trabalho. (art. 63, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.1.2. A administração pública municipal (MUNICÍPIO) fornecerá às organizações da sociedade civil (ENTIDADE) por ocasião da celebração das parcerias, o MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, devidamente aprovado por ato do Prefeito Municipal, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos. (art. 63, §§ 1º e 3º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.1.3. Eventuais alterações no conteúdo do MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS referidos no item anterior, serão previamente informadas à organização da sociedade civil e publicadas no sitio oficial da administração pública. (art. 63, § 2º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.2. Local e Forma Apresentação da Prestação de Contas:

19.2.1. A prestação de contas apresentada pela ENTIDADE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, em conformidade com a Lei Federal 13.019/2014, com o MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, e outras exigências legais, dentro do prazo estabelecido neste TERMO DE COLABORAÇÃO, contendo: (art. 64, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações) I. extrato da conta bancária específica;

II. notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos, reportagens de jornal, ou outros suportes;

V. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e VI. lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

19.3. Dos Prazos da Prestação de Contas

19.3.1. A ENTIDADE prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos bimestralmente, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de encerramento de cada bimestre. (art. 69, § 1º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações).

19.3.2. O disposto no item anterior, não impede que o MUNICÍPIO promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

19.3.3. Na hipótese do item 19.3.2, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

19.3.4. O prazo referido no item 19.3.1., poderá ser prorrogado por até 10 (dez) dias, desde que devidamente justificado.

19.4. Regras Específicas

19.4.1. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

estabelecidos, conforme previsto no Plano de Trabalho e neste TERMO DE COLABORAÇÃO. (art. 64, § 2º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.4.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado. (art. 65, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.5. Análise dos Dados Financeiros e Resultados Alcançados:

19.5.1. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes. (art. 64, § 2º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.5.2. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados. (art. 64, § 3º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.6. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis: A ENTIDADE enviará ao MUNICÍPIO: a. cópia da publicação do Balanço Patrimonial, dos exercícios encerrado e anterior; b. demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício; c. certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações contábeis; d. na hipótese de aquisição de bens moveis e/ou imóveis com recursos recebidos da parceria, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso; e. comprovante de devolução de eventuais recursos não aplicados.

19.7. Análise de Documentos da Prestação de Contas:

19.7.1. A prestação de contas relativa à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22, além dos seguintes relatórios: (art. 66, parágrafo único, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações) I. relatório de execução do objeto, elaborado pela ENTIDADE, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II. relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

19.7.2. A análise dos documentos será efetuada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, e a análise do balancete deve ser efetuada por Contador do MUNICÍPIO, ou por técnicos terceirizados em conformidade com a complexidade da parceria.

19.7.3. A contratação de serviços de terceiros para a análise e parecer da prestação de contas, será efetuada em conformidade com a Lei Federal 8.666/1993.

19.7.4. O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise o relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

19.8. Documentos com Certificação Digital:

19.8.1. Os documentos incluídos pela ENTIDADE na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas. (art. 68, Lei Federal 13.019/2014)

19.9. Glosa:

19.9.1. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente. (art. 64, § 1º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.10. Conciliação Bancária:

19.10.1. A ENTIDADE deve encaminhar a conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

19.11. Prazos para apreciação de contas final pelo MUNICÍPIO

19.11.1. O MUNICÍPIO, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela, determinada, prorrogável justificadamente por igual período. (art. 71, Lei Federal 13.019/2014) 19.11.2.

O transcurso do prazo definido nos termos do item 19.9.1 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I. não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II. nos casos em que não for constatado dolo da ENTIDADE ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido no item 19.9.1 e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública. 1

9.12. Avaliação das Prestações de Contas

19.12.1 As prestações de contas serão avaliadas pelo MUNICÍPIO, através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

I. regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II. regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III. irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: a. omissão no dever de prestar contas; b. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; c. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; d. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

19.12.2 Na avaliação da prestação de contas a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO poderá valer-se do apoio técnico de servidores do MUNICÍPIO ou de apoio técnico de terceiros.

19.12.3. A contratação de serviços de terceiros para a análise e parecer da prestação de contas, será efetuada em conformidade com a Lei Federal 8.666/1993. 19.13 Parecer do Gestor sobre a Prestação de Contas:

19.13.1. O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada. (art. 67, Lei Federal 13.019/2014)

19.13.2. No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto. (art. 67, § 1º, Lei Federal 13.019/2014)

19.13.3. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata este artigo deverão, obrigatoriamente, mencionar:(art. 67, § 4º, Lei Federal 13.019/2014)

I. os resultados já alcançados e seus benefícios;

II. os impactos econômicos ou sociais;

III. o grau de satisfação do público-alvo;

IV. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

19.13.4. A avaliação da prestação de contas pelo Gestor da Parceria, poderá valer-se do apoio técnico de servidores do MUNICÍPIO ou de apoio técnico de terceiros.

19.13.5. A contratação de serviços de terceiros para a análise e parecer da prestação de contas, será efetuada em conformidade com a Lei Federal 8.666/1993.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

19.13.6. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pelo MUNICÍPIO observará os prazos previstos neste TERMO DE COLABORAÇÃO, devendo concluir, alternativamente, pela: (art. 69, § 5º, Lei Federal 13.019/2014)

I. aprovação da prestação de contas;

II. aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III. rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

19.13.7. As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento (art. 69, § 5º, Lei Federal 13.019/2014)

19.14. Irregularidades ou Omissão na Prestação de Contas

19.14.1. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas final, será concedido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para ENTIDADE sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, prorrogável, por igual período. (art. 70, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.14.2. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, o Prefeito Munia autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

19.15. Da Responsabilidade do Prefeito Municipal na Avaliação de Contas 19.15.1. O Prefeito Municipal responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas, levando em consideração os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

19.16. Ressarcimento ao Erário Público pela ENTIDADE

19.16.1. Havendo o uso indevidos pela ENTIDADE dos recursos transferidos pelo MUNICÍPIO a ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento.

19.16.2. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no TERMO DE COLABORAÇÃO e a área de atuação do MUNICÍPIO (Secretaria), cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

19.16.3. A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas

19.17. Prazo de Arquivamento dos Documentos de Prestação de Contas:

19.17.1. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas. (art. 68, parágrafo único, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

19.18 DOS SALDOS REMANESCENTES

19.18.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável,



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

providenciada pela autoridade competente da administração pública. (art. 52, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

19.18.2. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

19.18.3. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

19.18.4. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a ENTIDADE formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

19.18.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE COLABORAÇÃO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

19.18.6. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, poderão ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

20. DA TITULARIDADE DOS BENS E DIREITOS REMANESCENTES

20.1. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção. (art. 35, § 5º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

20.2. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente. (art. 36, parágrafo único, Lei 13.019/2014)

21. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

21.1. Transparência Pública: a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil promoveram a transparência pública da seguinte forma:

21.1.1. Sítio Oficial da Administração Pública Municipal: A administração pública municipal viabilizará no sítio oficial, o acompanhamento deste Edital e seus anexos, compreendendo: sua publicação; as impugnações; os recursos e contrarrazões; as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; as suspensões; os cancelamentos; a classificação e o resultado final; os processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas; as prestações de contas; pareceres; decisões; alterações, bem como efetuará a abertura de canal de comunicação para denúncias. (arts. 10, 12, 16, 27 §4º, 38, 50, 69, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

21.1.2. Divulgação pela Administração Pública Municipal: a administração pública municipal promoverá a divulgação nos meios de comunicação por ela utilizados, como a radiodifusão de sons e imagens, imprensa escrita e campanhas publicitárias as informações referentes as parcerias efetuadas e suas alterações. (arts. 14 e 63 §2º, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

21.2. Transparência da OSC: a organização da sociedade civil, deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas funções



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

todas as parcerias celebradas com a administração pública em conformidade com o art. 11 da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações.

22. DAS PROIBIÇÕES

Fica proibido à ENTIDADE: a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades do terceiro setor, congêneres ou não; b) deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO; e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO; g) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias; i) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) realizar despesas com: a. multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; b. publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; c. pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; d. obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas, salvo as que se deem no prédio público cedido, se a entidade tiver optado por esta modalidade; e. pagamento de despesa bancária;

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE

23.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ENTIDADE as seguintes sanções: (art. 73, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

I. advertência;

II. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

23.2. As sanções estabelecidas nos incisos II e III do item 24.1 são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

23.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

23.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

24. DA ALTERAÇÃO E RECISÃO



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

24.1. A administração pública municipal, através do órgão responsável poderá autorizar ou propor alterações do Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho (art. 42, inciso VI, e art. 57, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações), após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alterações de seu objeto, e que o período total da vigência não exceda cinco anos, na seguinte forma:

24.1.1. Por termo aditivo à parceria para: a. Ampliação de até 30% (trinta por cento) do valor global; b. Redução do valor global, sem limitações do montante; c. Prorrogação da vigência, observados os limites do item 18.1, ou d. Alterações da destinação dos bens remanescentes; ou III. Por certidão de apostilamento (ato separado juntado ao Termo de Colaboração), nas demais hipóteses de alterações, tais como: a. Utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria; b. ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou c. remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

24.2. Sem prejuízo das alterações previstas no item 18.2., a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: III. prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou IV. indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

24.3. O órgão ou a entidade pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o item 18.1. no prazo de trinta dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à organização da sociedade civil.

24.4. No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da organização da sociedade civil até a decisão do pedido.

24.5. Os preços são fixos e irredutíveis, podendo sofrer reequilíbrio financeiro nos termos da Lei 8666/93 caso restar comprovado fato superveniente que alterou a relação entre partes.

24.6. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por TERMO ADITIVO, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

25. DOS VINCULOS E ENCARGOS

25.1. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público. (art. 46, § 3º, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

25.2. O MUNICÍPIO fica isento de quaisquer despesas suplementares ou encargos a este TERMO DE COLABORAÇÃO, oriundas do contrato entre a ENTIDADE e seus empregados, fornecedores ou associados. (art. 46, § 3º, Lei 13.019/2014 e suas alterações)

25.3. O TERMO DE COLABORAÇÃO efetuado entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE, não estabelecem quaisquer responsabilidades ou vínculo diretos com ao MUNICÍPIO.

26. INTERRUÇÃO OU REJEIÇÃO

26.1. A presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

27. DAS IRREGULARIDADES



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

27.1. Qualquer irregularidade concernente às cláusulas deste TERMO DE COLABORAÇÃO será oficiada ao Prefeito Municipal, que encaminhará ao Gestor das Parcerias, para as devidas análises e julgamentos, quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis na forma da Lei.

28. DA DENÚNCIA

28.1. Este TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser denunciado por quaisquer dos parceiros mediante prévia e expressa comunicação, com antecedência mínima de trinta dias.

28.2. Quando da denúncia, rescisão ou extinção do TERMO DE COLABORAÇÃO, caberá a ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

28.3. Na denúncia, rescisão ou extinção do TERMO DE COLABORAÇÃO, o destino dos bens remanescentes serão definidos em conformidade com a Cláusula 21 deste Termo.

29. DA PRERROGATIVA ATRIBUÍDA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

29.1. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas: (art. 62, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

I. retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

29.2. As situações previstas no item 30.1. devem ser comunicadas pelo Gestor da Parceria ao Ordenador de Despesas (Secretário) e ao Prefeito Municipal, bem como a promoção de reunião de análise e tomada de decisão sobre as medidas a serem tomadas, devidamente registradas em ata. (art. 62, parágrafo único, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

29.3. Ocorrendo a interrupção ou rejeição, total ou parcial, dos serviços, a ENTIDADE, deve comunicar imediatamente por escrito ao GESTOR DA PARCERIA, a ocorrência, especificando as causas e as providências tomadas.

30. DAS RESPONSABILIDADES

30.1. Os responsáveis pela execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO que incidirem em descumprimento de suas obrigações serão responsabilizados pelas irregularidades eventualmente praticadas.

31. DA PUBLICAÇÃO

31.1. A eficácia deste TERMO DE COLABORAÇÃO fica condicionada a publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. É vedada às entidades beneficiadas na forma do art. 84-C a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas. (art. 84-C, parágrafo único, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações)

32.2. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

I. as comunicações relativas a este TERMO DE COLABORAÇÃO serão remetidas por correspondência ou por e-mail corporativo e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II. as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax ou e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III. as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste TERMO DE COLABORAÇÃO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

33. DO FORO

33.1. Fica eleito, de comum acordo, o Foro da Comarca de Ibaiti/PR, para dirimir questões oriundas da interpretação do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

34. DO ACORDO

E, por estarem de acordo com as cláusula e condições convencionadas, firmam o presente convênio, em três vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais, juntamente com duas testemunhas que abaixo subscrevem.

Japira, 20 de agosto de 2021.

ANGELO MARCOS VIGILATO

Prefeito Municipal

Nome (Representante Legal da OSC) (Nome da Organização da Sociedade)

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF/RG: _____

2. _____

Nome:

CPF/RG: _____



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, Art. 89

A entidade, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, especialmente para o **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 26/2021**, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários do Fundo Municipal de Saúde de JAPIRA e /ou da Prefeitura Municipal e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe o Art. 89 da Lei Orgânica do Município de JAPIRA/DEZ/94.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura do representante legal da proponente.



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

TERMO DE REFERENCIA

1 – OBJETO

Seleção de entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos prestadoras de Serviços de Saúde, para prestação de Serviços Hospitalares e Ambulatoriais em nível hospitalar, visando à prestação de serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Japira, os usuários referenciados conforme pactuações e Redes de Atenção à Saúde estabelecidas via Secretaria Municipal de Saúde de Japira ou usuários em trânsito que venham a necessitar de atendimento em urgência e emergência.

2 - JUSTIFICATIVA

A seleção de entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos ou de Serviços de Saúde, para prestação de Serviços Hospitalares e Ambulatoriais em nível hospitalar, conforme disposto no artigo nº 199, parágrafo primeiro da Constituição Federal terão preferência na participação do SUS, de forma complementar, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, desde que essas entidades cumpram com os requisitos legais e técnicos necessários.

Os Serviços Hospitalares e Ambulatoriais de nível hospitalar, possuem finalidade conforme Bloco de Serviço que deverá ser apresentados no Plano de Trabalho Hospitalar (anexo 1) vinculado ao processo deste.

3 – QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

No quantitativo e especificações abaixo descritos:

ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND.	QNT.	VALOR UNITÁRIO (R\$) ^(a)	VALOR TOTAL (R\$)



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

001	Atendimento/Procedimentos Hospitalares e Ambulatoriais de nível hospitalar, eletivos e em urgência/emergência, classificados como de média e alta complexidade, observando o item 5. Forma de Execução e Contratação.	Mensal	08	71.000,00	568.000,00
TOTAL GLOBAL					568.000,00

Nota (a): valor estipulado de acordo com a Lei nº 1225/2021 de 17/06/2021, que autoriza o poder executivo a firmar termo de colaboração e transferir recursos financeiros para atendimento hospitalar.

4 – LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇO

- * **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO:** Sede da Contratada
- * **PRAZO DE ENTREGA:** Imediata
- * **VIGÊNCIA CONTRATUAL PREVISTA:** 08 meses.

5 – FORMA DE EXECUÇÃO E CONTRATAÇÃO

1. Apresentar PLANO DE TRABALHO conforme Anexo I.
2. A contratada irá atender os usuários do SUS residentes no Município de Japira, usuários do SUS referenciados conforme pactuações vigentes e usuários em trânsito que venham a necessitar de atendimento em urgência e emergência.
3. Os serviços a serem contratados deverão cumprir com os quesitos da qualificação técnica apresentada pelo proponente.
4. O local de prestação de serviços é responsabilidade do contratado e irá constar na proposta e estar devidamente cadastrado no SCNES.
5. Fica VETADO ao contratado efetuar os serviços na infraestrutura da Secretaria Municipal da Saúde de Japira.
6. Ofertar serviço de Urgência e Emergência, de funcionamento ininterrupto, durante 24h (vinte e quatro) horas, ou seja, das 07h00min (sete horas) até as 07h00min (sete horas).
7. Realizar atendimentos eletivos e em Urgência e Emergência contratualizado.
8. Zelar pela qualidade e resolutividade da Assistência;
9. Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza.
10. Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços habilitados pelo Ministério da Saúde, com cumprimento de metas e critérios de cada habilitação.
11. Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços credenciados em nível municipal, com cumprimento de metas e determinações de atos normativos.
12. Garantir o acesso aos usuários do SUS conforme critérios do Projeto Qualificação do Acesso frente às Redes de Atenção.
13. Disponibilizar, aos usuários atendidos via RUE – Rede de Urgência e Emergência, medicamentos, materiais e Serviços de Apoio a Diagnóstico e Terapia (SADT) visando garantir a integralidade do atendimento evitando a ocupação de leito para internação.
14. Garantir o atendimento utilizando-se de VAGA ZERO até a obtenção de leito disponível dentro da Rede SUS.
15. Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização.
16. Assegurar a alta hospitalar responsável;
17. Implementar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
18. Implantar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos que atendam os objetivos a serem contratualizados;
19. Implementar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;
20. Garantir que todas as especialidades cadastradas no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do estabelecimento realize a prestação de ações e serviços para o SUS.
21. Realizar todas as notificações de agravos de notificação compulsória classificadas pelo ao SINAN



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

- Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde;
22. Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização de procedimentos terapêuticos e diagnósticos, conforme legislações específicas;
 23. Modelar a assistência e a carteira de serviços do hospital necessários para o atendimento das necessidades de saúde da população;
 24. Disponibilizar, para caso de falta de leitos de enfermagem, em situações de urgência e emergência, acomodações adequadas ao usuário até que seja disponibilizado leito.
 25. Disponibilizar leitos SUS gerais conforme sua capacidade instalada e pactuações/habilitações vigentes firmadas com o município de Japira.
 26. Prestar ações e serviços de saúde, de ensino e pesquisa pactuados e estabelecidos como meta contratual, disponibilizando ao gestor público a totalidade da capacidade instalada;
 27. Informar a todas as equipes integrantes do estabelecimento e prestadores do serviço, os compromissos e metas constantes do presente Plano De Trabalho (Projeto Básico), implementando dispositivo para seu fiel cumprimento;
 28. Garantir o cumprimento das metas e compromissos assumidos frente ao seu Corpo Clínico;
 29. Disponibilizar a totalidade das ações e serviços discriminadas nas Metas parte integrante no Plano De Trabalho (Projeto Básico);
 30. Disponibilizar de estrutura física e de recursos humano e tecnológico de forma a atender os serviços a serem contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;
 31. Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tão pouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se por qualquer cobrança ilegal usuário do SUS, o que implicará na RESCISÃO do contrato, após a devida apuração pelo Sistema Municipal de Auditoria , bem como o ressarcimento em dobro do usuário, conforme Lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990.
 32. Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;
 33. Registrar e apresentar de forma regular e sistemática a produção das ações e serviços de saúde;
 34. Participar da Comissão de Acompanhamento de Contratualização.
 35. Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo.
 36. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor – conforme Lei nº 8.078/98, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
 37. Manter atualizado o Banco Municipal de Prestadores de Serviço do SUS, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
 38. Permitir o acesso nas áreas de atendimento objeto deste contrato, desde que devidamente identificados, como também paramentados quando assim o ambiente exigir, aos membros do Conselho Municipal de Saúde e das Comissões de Acompanhamento, desde que comunicado com antecedência.
 39. Atender as Cláusulas anticorrupção da Resolução SESA nº 207/2016.
 40. Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários, em local visível e de fácil acesso;
 41. Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;
 42. Avaliar a satisfação do usuário e dos acompanhantes;
 43. Participar dos processos de avaliações a serem realizados pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização;
 44. Realizar auditorias internas para monitoramento da assistência e do controle de riscos;
 45. Monitorar a execução orçamentária e zelar pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, via contratualização, pelo SUS;
 46. Monitorar os indicadores elencados como metas quantitativas e qualitativas junto a ao Plano De Trabalho (Projeto Básico);
 47. Disponibilizar de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento ao usuário;



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

49. Alimentar e/ou disponibilizar dados para os Sistemas de Informações de classificados como obrigatórios pela gestão municipal/estadual ou federal.
50. É de responsabilidade exclusiva e integral da contratada a utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante.
51. Cumprir com o rol de indicadores de avaliação elencados por Bloco de Ações e Serviços, os quais são parte integrante deste requerimento.
52. A Contratada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.
53. Manter estabelecimento com capacidade para a prestação de serviços.
54. Apresentar fluxo de atendimento ao paciente portador de COVID-19 causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), para casos leves, moderados e graves.

6 – AÇÕES DA CONTRATANTE

1. Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão;
2. Realizar a regulação das ações e serviços de saúde;
3. Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de acompanhamento da Contratualização;
4. Dispor de Serviço de Ouvidoria.
5. Controlar, avaliar, monitorar e auditar as ações e serviços de saúde contratualizados conforme Plano De Trabalho, fluxos assistenciais, redes temáticas implementadas e normas operacionais do SUS.
6. Participar dos processos de avaliações a serem realizados pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização.
7. Realizar auditorias para monitoramento da assistência e do controle de riscos.
8. Monitorar a execução orçamentária e zelar pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados via contratualização, pelo SUS.
9. Monitorar os indicadores elencados como metas quantitativas e qualitativas junto a este Plano De Trabalho (Projeto Básico).
10. Realizar avaliação da satisfação do usuário.
11. Autorizar, Auditar, Controlar, Avaliar e Regular os serviços contratados.
12. Realizar o pagamento, conforme lotes contratualizados, desde que atestadas, após liberação do Departamento de Auditoria, Controle, Avaliação e Regulação/Sistema Municipal de Auditoria.
13. Vistoriar, caso necessário for, as instalações de atendimento da contratada, visando verificar a manutenção das condições satisfatórias constatadas por ocasião da contratação.
14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

6 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O acompanhamento da execução do objeto será por comissão municipal juntamente com a Secretaria de Saúde de Japira.

7- CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Após solicitação formal da **CONTRATANTE**, através de emissão de requisição de compras/serviço da Prefeitura Municipal, o recebimento se efetivará nos seguintes termos:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação do objeto;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação pelo setor competente;



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

8 – PAGAMENTO

a) Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da licitação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: 07. Saúde e Saneamento - 07. 001 Fundo Municipal de Saúde - 10.302.0007.2027 Manutenção da Média e Alta Complexidade - 2935 – F 000 – 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais.

b) Processamento das informações e das condições de pagamento: para efeito de processamento de informações pertinentes ao referido Bloco, a competência inicia-se no 1º dia útil de cada mês e vai até o último dia de cada mês, devendo ser encaminhado pelo serviço contratado, para a Secretaria Municipal de Saúde, os relatórios de atendimento e procedimentos realizados, juntamente com os quantitativos.

c) O pagamento será em 30 (trinta) dias da entrega dos relatórios e devidamente atestada suas notas fiscais junto a Prefeitura Municipal de Japira.

9– DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Demais questões serão indicadas na assinatura do contrato.

Japira, 19 de agosto de 2021

João Inocêncio Gomes
Secretaria de Saúde
Portaria nº 041, de 01 de fevereiro de 2021.

Aprovo o presente Termo de Referência:

Ângelo Marcos Vigilato
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

5. METODOLOGIA

6. PLANO DE APLICAÇÃO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)				
MET A	ETAP A FASE	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
			INÍCIO	TÉRMIN O

PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)		
NATUREZA DA DESPESA		TOTAL
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	
TOTAL GERAL		R\$



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.881/0001-52

Avenida Alexandre Leite dos Santos, 481 - ☎ (043) 3555-1401

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (META, ETAPA OU FASE)

CONCEDENTE

META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

Local e data

Nome e assinatura do representante legal